

O Boletim de Conjuntura publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos, artigos empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



# **BOLETIM DE CONJUNTURA**

**BOCA**

Ano II | Volume 1 | Nº 1 | Boa Vista | 2020

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<http://doi.org/10.5281/zenodo.3760024>



## O FENÔMENO DA MIGRAÇÃO E A IMPOSSIBILIDADE DO DIREITO DE SUFRÁGIO SER EXERCIDO PELOS MIGRANTES

*Iara Loureto Calheiros<sup>1</sup>*

*Silvio Fernando de Carvalho Brasil<sup>2</sup>*

### Resumo

O presente ensaio tem como propósito abordar o fenômeno da migração e suas nuances no que diz respeito a possibilidade de os migrantes/estrangeiros participarem do processo eleitoral brasileiro à luz de uma revisão bibliográfica e documental.

**Palavras-chave:** Direito Eleitoral; migração; processo eleitoral; sufrágio do migrante.

### INTRODUÇÃO

A questão “migratória” adquiriu nos últimos meses uma visibilidade não vista desde o período da Segunda Guerra mundial, ocasionada pelos números alarmantes de pessoas que estão em rota de fuga.

Embora o maior número de refugiados busque abrigo na Europa, um número significativo tem procurado o Brasil, e é neste contexto no estado de Roraima, que circularam falsas notícias de que os estrangeiros poderiam votar.

O efeito foi instantâneo, sentido inclusive no Cartório da 4<sup>o</sup> Zona Eleitoral, localizada no município de São Luiz em Roraima, no qual centenas de migrantes buscaram o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para se alistarem como eleitores.

### MIGRAÇÃO

Sob o ponto de vista histórico, importa salientar que as Américas se desenvolveram a partir da imigração estrangeira. No Brasil, os aspectos econômicos sempre foram responsáveis pelo impulso nas migrações internas. Os séculos XVII e XVIII se destacaram pela intensa busca por metais preciosos, que desencadeou grandes fluxos migratórios com destino a Goiás, Mato Grosso e, principalmente, Minas Gerais, em seguida, o ciclo do café nas cidades do interior paulista atraiu milhares de migrantes. Há de

<sup>1</sup> Analista Judiciário do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, Mestre em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania (UERR) e Especialista em Desenvolvimento Regional da Amazônia (UFRR) e Direito Público (ESTÁCIO ATUAL). E-mail para contato: [iara.calheiros@tre-rr.jus.br](mailto:iara.calheiros@tre-rr.jus.br)

<sup>2</sup> Analista Judiciário do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima, Especialista em Gestão Cartorária (EMERON) e Direito Eleitoral (DAMÁSIO). E-mail para contato: [silvio.brasil@tre-rr.jus.br](mailto:silvio.brasil@tre-rr.jus.br)



se ressaír que os bandeirantes com as suas respectivas entradas facilitaram as ondas migratórias, e o próprio Brasil é fruto da imigração portuguesa e da ganância humana pela descoberta de novas terras.

Marinucci e Rosita Milesi (2006, p. 53), afirmam que “migrantes e refugiados embarcam de uma mesma forma em uma travessia em busca de uma garantia mínima da própria dignidade”. Os autores evidenciam maciçamente que a indomável fluência migratória é resultado das diferenças sociais, consubstanciada na má distribuição de renda que assola a maioria dos países.

Não resta dúvida de que a migração acabou tornando-se uma dimensão preponderante na vida social, política, econômica e cultural do mundo de hoje. Mas, Rosita Milesi, mestre em migrações e diretora do Instituto Migrações e Direitos Humanos de Brasília, entidade que atua na atenção e defesa de direitos de migrantes e refugiados, alertava, ainda em 2007, que:

Esse fenômeno, mundial e urgente, corre o risco de ser cerceado por conceitos de segurança nacional, de combate ao terrorismo e outros discursos, quando, na verdade, se gerenciado na ótica dos direitos humanos e da família humana, pode aportar importantes contribuições, tanto para os países de chegada como aos de destino. Permeiar as migrações da perspectiva dos direitos humanos é a possibilidade de trazer sobrevida à utopia e, de verdade, efetivar tais direitos (MILESI *et al.*, 2007, p. 77).

Cabe focalizar que o panorama legal em relação aos estrangeiros/migrantes sofreu uma mutação considerável com o advento da Constituição Federal de 1988, na qual o estrangeiro adquire condição jurídica paritária à dos brasileiros, no que diz respeito à aquisição e gozo de direitos civis. O artigo 5º, caput, passa a assegurar a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade e à segurança. Antes, no entanto, de acentuar algumas diferenças pontuais entre eles, é importante enfatizar que o espírito de ambas as leis é cabalmente diverso.

O Estatuto aprovado pelos militares tratava o migrante como um estranho, muitas vezes considerando-o uma suposta ameaça à segurança nacional. A nova Lei, por sua vez, cuida para que os migrantes não sejam vitimados pela xenofobia. A partir dessa premissa, é possível ampliar o entendimento sobre a natureza de ambas legislações.

O Estatuto do Estrangeiro, nacionalista e conservador, priorizava excessivamente a segurança e restringia a liberdade dos imigrantes em território nacional. Desse modo, eles eram concebidos como indivíduos de menor importância em relação aos cidadãos do país. Já a Lei de Migração é mais humanitária, e trata o imigrante como um concidadão do mundo, com direitos universais garantidos, todos providos gratuita e legitimamente pelo Estado, em conformidade com a política internacional de Direitos Humanos.



## O VOTO

A atual Carta Magna elegeu o regime democrático representativo, ou seja, os representantes são eleitos pelo povo para que atuem em seu nome. Todo o sistema eleitoral, bem como os direitos políticos dos cidadãos brasileiros foram produto de demasiadas evoluções, frisa-se principalmente o período compreendido entre o Império, a Proclamação da República e os dias nupérrimos.

As premissas históricas asseveram que o sufrágio e o voto, respectivamente sinônimos de poder e instrumento transpassaram um íngreme e fastidioso itinerário até alcançarem os status atuais. Alcinha-se como sufrágio o poder que se reconhece a determinado número de pessoas (cidadãos) para participar direta ou indiretamente da soberania de um país, o qual consiste em um direito público subjetivo inerente ao cidadão que se encontre em pleno gozo de seus direitos políticos. Já o voto, caracteriza-se como exercício do sufrágio, ou seja, quando o eleitor se dirige à seção eleitoral e exerce o ato de votar, materializado está o sufrágio.

Nesse sentido, o voto aflora como ferramenta genuína de legitimação para consignação do poder do povo aos seus representantes, tendo em vista o caráter fundamental que possui na corporificação do princípio democrático renomado pela Constituição Federal.

No Brasil, a soberania popular é exercida pelo sufrágio universal, voto direto e secreto, sendo facultativo para os maiores de 16 anos e menores de 18, assim como para os maiores de 70 anos e analfabetos. Contudo, o voto é obrigatório para os eleitores que tenham entre 18 e 70 anos.

Logo, Sobreiro Neto (2004, p. 81), afirma que “alistamento eleitoral é o ato pelo qual o indivíduo se habilita, perante a Justiça Eleitoral, como eleitor e sujeito de direitos políticos, conquistando a capacidade eleitoral ativa (direito de votar)”. Tal procedimento, é um dos requisitos obrigatórios para que o eleitor possa votar e ser votado, caso venha a se candidatar, bem como receber o título de eleitor para que possa registrar suas escolhas no dia da eleição.

Pode-se concluir, portanto, que sufrágio é um direito público subjetivo, ou seja, um direito próprio da condição de cidadão, que inclui tanto o poder de escolha dos representantes quanto à possibilidade de concorrer aos cargos públicos eletivos. Quanto ao voto, embora seja obrigatório, representa uma verdadeira conquista política para o povo brasileiro.

## ESTRANGEIRO PODE VOTAR?

Em tempos de enxurradas de boatos e notícias falsas (*fake news*), é primordial salientar à população que é falsa a informação que circula nas redes sociais de que venezuelanos que estão em



Roraima na condição de migrantes/refugiados, podem votar nas eleições deste ano. Muitos estrangeiros chegaram a procurar os cartórios eleitorais de Roraima, no entanto, nenhum título foi expedido, em conformidade com o que determina a Constituição Federal, em seu Artigo 14, §2º: “Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros”.

De acordo com a presidente do TRE/RR, desembargadora Tânia Vasconcelos, é importante que as pessoas tenham cuidado ao compartilhar informações sobre as quais não estão seguras. “As mentiras são prejudiciais e causam transtornos à Justiça Eleitoral, que precisa ficar preocupada em esclarecer o óbvio, tendo tantas coisas mais importantes para tratar nesse momento que antecede o pleito”.

O Artigo 12, § 1º da Carta da República, estabelece que aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos na própria Constituição.

Desta forma o cidadão português, com residência habitual no Brasil, que deseja adquirir igualdade de direitos e deveres como o brasileiro, pode requerer ao Ministério da Justiça, o qual a reconhecerá por decisão do Ministro da Justiça, mediante Portaria. Ressalte-se que, neste caso, não se trata de processo de naturalização, porque adquirida a igualdade/gozo de direitos, o cidadão português mantém a nacionalidade portuguesa.

De fato, a Constituição não permite o voto do estrangeiro, porém não se pode perder de vista que é possível ao estrangeiro tornar-se brasileiro, e então votar. Como isso funciona? Desde que requeira, o estrangeiro residente na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal pode naturalizar-se brasileiro. Caso o estrangeiro seja originário de país de língua portuguesa, para sua naturalização, será exigida apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.

Por final, destacamos que os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente são brasileiros natos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme bem polemizado neste conciso ensaio, o ordenamento jurídico brasileiro proíbe que os estrangeiros participem do processo eleitoral na qualidade de eleitores, assim como passivamente na condição de candidatos.

Por outro lado, a constituição garante o direito à participação política de estrangeiros no Brasil, inclusive ir a manifestações e fazer parte de protestos, tendo em vista o novo caráter garantidor da Lei de Migrações. Pode-se afirmar seguramente que embora não possam cooperar de maneira palpável nas



eleições, proibi-los de manifestarem-se politicamente é uma ideia autoritária não recepcionada pela Lei Maior brasileira, ou seja, constitui irrefutável excesso a expulsão de estrangeiro por ter opinado ou ido a manifestação ou passeata, porém tal premissa não amolda-se para os casos que envolvem ameaça à segurança nacional.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. M. **Curso de Direito Eleitoral**. 6ª edição. Salvador: Jus Podivm, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em: 10/12/2019.

MARINUCCI, R.; MILESI, R. “Migrantes e refugiados: por uma cidadania universal”. **Refúgio, migrações e cidadania. Cadernos de Debates**, vol. 1, 2006.

MILESI, R. *et al.* “Por uma nova lei de migração: a perspectiva dos Direitos Humanos”. **Refúgio, migrações e cidadania: Cadernos de Debates**, vol. 2, 2007.

SOBREIRO NETO, A. A. **Direito eleitoral: teoria e prática**. 5ª edição. Curitiba: Editora Juruá, 2004.

TSE – Tribunal Superior Eleitoral. Código Eleitoral - **Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965**. Disponível em: <[www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/codigo-eleitoral-1/codigo-eleitoral-lei-nb0-4.737-de-15-de-julho-de-1965](http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/codigo-eleitoral-1/codigo-eleitoral-lei-nb0-4.737-de-15-de-julho-de-1965)>. Acesso em: 12/12/2019.

TSE – Tribunal Superior Eleitoral. “Esclarece que estrangeiros não podem votar”. **Portal Eletrônico do TSE** [19/04/2018]. Disponível em: <[www.tre-rr.jus.br/imprensa/noticias-tre-rr/2018/Setembro/tre-rr-esclarece-que-estrangeiros-nao-podem-votar](http://www.tre-rr.jus.br/imprensa/noticias-tre-rr/2018/Setembro/tre-rr-esclarece-que-estrangeiros-nao-podem-votar)>. Acesso em: 06/01/2020.



## **BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)**

Ano II | Volume 1 | Nº 1 | Boa Vista | 2020

<http://www.ioles.com.br/boca>

### **Editor chefe:**

Elói Martins Senhoras

### **Conselho Editorial**

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Eloi Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima (UFRR), Brasil

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

### **Conselho Científico**

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima